

## O APAGAMENTO EPISTÊMICO DAS FILÓSOFAS NEGRAS, INDÍGENAS E LATINO-AMERICANAS E A COLONIALIDADE.

Stephane Santos Cardoso

Mestranda em Gênero, Raça e Colonialidade no Programa de Pós  
Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro,  
Graduada em Filosofia (Licenciatura) pelo Instituto de Filosofia e  
Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### RESUMO

Este texto tem como objetivo fazer uma reflexão crítica ao apagamento epistêmico sofrido pelas mulheres filósofas, sobretudo negras, indígenas e latino-americanas, devido às influências e imposições negativas iniciadas no período colonial. Também contém reflexões sobre o cânone filosófico e a colonialidade no campo do conhecimento. É também propósito deste trabalho afirmar a importância da descolonização na produção e transmissão do conhecimento filosófico, para que estas mulheres tenham suas vozes devidamente valorizadas na filosofia.

### PALAVRAS-CHAVE

filósofas; epistemicídio; cânone filosófico; colonialidade; descolonização.

### ABSTRACT

This paper aims to make a critical reflection on the epistemic erasure suffered by women philosophers, especially black, indigenous and latin-american, due to influences and negative impositions initiated in the colonial period. It also contains reflections on the philosophical canon and coloniality in the area of knowledge. It is also the purpose of this paper to affirm the importance of decolonization in the production and transmission of philosophical knowledge, so that these women have their voices duly valued in philosophy.

### KEYWORDS

women philosophers; epistemicide; philosophy canon; coloniality; decolonization.

## A ESCASSEZ DAS FILÓSOFAS NO ENSINO DE FILOSOFIA.

Apesar de nos dias de hoje sabermos que as mulheres sempre estiveram presentes nas produções filosóficas durante toda a história da filosofia, não podemos negar o vasto apagamento que as filósocas sofreram e ainda sofrem dentro do cânone filosófico. Durante séculos, as mulheres e suas filosofias foram negligenciadas, dificultando o acesso às suas obras e promovendo o apagamento desses conhecimentos, ao ponto de muitas pessoas com menos acessos a um ensino completo de filosofia ainda se questionarem se as mulheres não produziram filosofia. Um grande símbolo deste apagamento é a renomada coleção “Os Pensadores”, a qual é uma das mais importantes referências nos estudos de filosofia ocidental, não possuir sequer uma filósofa em seus volumes publicados que reúnem vinte e cinco séculos de filosofia (AGGIO; SAES, 2020).

55

Ao analisarmos o processo de ensino e transmissão de conhecimentos filosóficos é possível perceber a enorme escassez da presença de filósocas sendo ensinadas e estudadas dentro, não só das escolas de educação básica, mas também dos cursos de graduação em filosofia, o que causa um enorme desequilíbrio de gênero dentro dos ambientes de saber e contribui para a permanência desta desigualdade em pleno século XXI.

Quando observamos os planos de curso, livros didáticos e materiais utilizados para as aulas de filosofia do ensino médio, percebemos ainda mais o quanto este apagamento ainda se faz presente. Assim como é possível

observar na citação a seguir da professora e doutora Joana Tolentino.

Os manuais filosóficos, os livros didáticos e paradidáticos, bem como as coletâneas historiográficas da filosofia, confirmam empiricamente esse silenciamento das obras filosóficas das mulheres, pois é possível constituir um livro inteiro nesses formatos excluindo absolutamente qualquer voz feminina da filosofia. (TOLENTINO, 2019: 103)

Uma pesquisa realizada por Clarissa Petry Castro no ano de 2016 pela Universidade Federal de Santa Catarina nos mostra que a presença das mulheres filósofas nos livros didáticos de filosofia utilizados nas escolas públicas de todo o país, e distribuídos pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio, é muito pequena. Dos quatro livros analisados por ela, o livro mais utilizado pelos professores e professoras do ensino médio naquele ano, de acordo com o Ministério da educação, se chama “Filosofando: Introdução à Filosofia”, escrito por Maria Lúcia Aranha e Maria Helena Martins, e é o que possui a maior porcentagem de presença de mulheres filósofas. Porém, este número, mesmo sendo o maior entre os quatro analisados por ela, ainda é muito pequeno, consistindo em apenas quatro por cento de mulheres filósofas citadas ao longo dos ensinamentos, de modo que são “185 (cento e oitenta e cinco) (filósofos), em contraponto a 8 (oito) filósofas encontradas ao longo do livro, ou seja, em média, para cada filósofa encontrada há em torno de 23 (vinte e três) filósofos.” (CASTRO, 2016: 33). Das oito mulheres presentes no livro didático, há apenas uma filósofa negra egípcia, Hipátia de Alexandria.

Realidade a qual também é observável dentro das universidades brasileiras, a partir da análise dos planos político-pedagógicos dos cursos de graduação de filosofia em algumas universidades federais. Análise a qual demonstra que a grande maioria das disciplinas obrigatórias lecionadas nessas instituições tem como bibliografia básica e complementar apenas filósofos, nos mostrando o intenso desequilíbrio e desigualdade de gênero presentes nas bibliografias e instituições acadêmicas. Como aponta a pesquisa realizada por Dantielli Assumpção Garcia e Anna Deyse Rafaela Peinhopf, a partir do estudo de ementas de disciplinas obrigatórias de história da filosofia do curso de graduação em filosofia, em 15 universidades federais espalhadas por todas as regiões do país. Estando duas localizadas na Região Centro-oeste, quatro na Região Nordeste, três na Região Norte, três na Região Sudeste e três na Região Sul.

Nossas análises apontam que, das 90 disciplinas das 15 universidades selecionadas, o total de 1.689 textos foram citados como bibliografia básica e complementar, dentre os quais 65 são de autoria feminina e 1.624 de masculina. Esses dados, exageradamente desiguais, demonstram como, em nosso atual contexto de produção, mas também durante a história do desenvolvimento da civilização humana, as mulheres foram silenciadas enquanto produtoras de conhecimento científico-filosófico. (GARCIA; PEINHOPF, 2020: 170)

Todavia, infelizmente a pesquisa realizada por Dantielli Garcia e Anna Peinhopf não demonstra a quantidade de mulheres negras e indígenas presentes nessas bibliografias para sabermos também a diferença quantitativa entre as filósofas brancas e as filósofas negras, indígenas e latino-americanas.

A partir das pesquisas e citações apresentadas, é perceptível que a filosofia ainda é uma área extremamente masculinizada, como demonstra a desigualdade de gênero que podemos observar. Mas também é fato que esta é uma área muito embranquecida e em maior parte focada em perspectivas europeias. O tradicional cânone filosófico se demonstrou ao longo dos anos intensamente hegemônico e excludente com tudo aquilo que não se encaixa em seu padrão patriarcal, eurocentrado e branco.

58

#### A COLONIALIDADE E O APAGAMENTO DOS SABERES DAS MULHERES NEGRAS, INDÍGENAS E LATINO-AMERICANAS.

É possível observar, também, que as filósofas negras, indígenas e/ou latino-americanas apresentam ainda mais dificuldades em serem reconhecidas e legitimadas como produtoras de conhecimento científico-filosófico e terem suas vozes ouvidas nesse âmbito. Na maioria dos casos, para alcançarmos as filosofias produzidas por essas mulheres, temos que buscar por conta própria em meios de conhecimentos alternativos, pois o acesso a essas obras não é facilitado como o das obras produzidas por filósofos brancos e europeus e são ainda mais apagados que as obras de filósofas brancas.

Isso acontece porque a colonização originou uma série de desqualificações e hierarquizações raciais, culturais, religiosas, sociais e até mesmo de gênero, as quais deram início a diversos tipos de agressões e extermínios físicos e intelectuais contra os povos

dominados, e conseqüentemente, marcaram as mulheres nativas colonizadas e escravizadas e também as gerações posteriores.

De acordo com o sociólogo Ramón Grosfoguel, a discriminação religiosa foi um tipo de proto-racismo utilizado pelos colonizadores católicos contra as populações muçulmanas e judias da Península Ibérica, através do discurso da “pureza de sangue”, o que levou a um genocídio destes povos, neste caso, não houve questionamento acerca da humanidade destas pessoas, mas sim preconceito para com suas religiões, pois para os dominadores o deus destes povos era o errado. A ideia colonizadora da época era tornar apenas um Estado, uma identidade e uma religião (a católica) como universal (GROSGOUEL, 2012).

Posteriormente, com a invasão e colonização dos continentes africano e americano e a descoberta, por parte dos europeus, de novas pessoas não-brancas no mundo, nasce a ideia de raça que conhecemos até os dias de hoje. Houve uma articulação entre os discursos de discriminação religiosa anteriores com os discursos racistas originados na colonização da América e África. A partir de 1942, surge um tipo diferente de discurso que caracteriza os indígenas nativos das Américas como povos sem religião, o que no imaginário cristão da época significava que estes povos não tinham almas, logo não eram seres humanos e não eram humanos podiam ser escravizados, ideia que transformou todo o imaginário de dominação daquela época. Grosfoguel nos conta que:

Contrario al sentido común contemporáneo, el «racismo de color» no fue la primera forma del discurso racista. El «racismo religioso» («pueblos con religión» frente a «pueblos sin religión») fue la primera forma de racismo en el «sistemamundo capitalista/patriarcal occidentalocéntrico/cristiano-céntrico moderno/ colonial». Esta definición de «pueblos sin religión» se acuñó durante todo el siglo XVI en España. El debate que provocó la conquista de las Américas fue alrededor del tema de si los «pueblos sin religión» encontrados en las Indias Occidentales tienen alma o no tienen alma. (GROSFUGUEL, 2012: 90)

60

As mulheres racializadas foram e são atravessadas pela lógica dominadora e de hierarquização racial da colonialidade, sendo submetidas a processos de desumanização, subalternização e deslegitimação mesmo com o fim do colonialismo. De modo que, tais ideias, acerca destes grupos e culturas historicamente marginalizadas, permanecem até os dias de hoje no imaginário ocidental e até mesmo no imaginário daqueles países que sofreram com o processo de colonização e já não são mais colônias, mas como tiveram a base de sua sociedade fundamentada sobre ela, permanecem com esta lógica por conta da colonialidade. Isso faz com que seus corpos, a cor de sua pele, seus traços fenotípicos, sua cultura, saberes e religião enfrentem diversos tipos de preconceitos que afetam todas as esferas de suas vidas.

É de grande importância sinalizarmos aqui que a colonialidade não se limita aos processos de devastação apenas do exterior dos corpos, através da dominação, escravização e genocídio dos povos colonizados. A colonialidade permanece agindo nas mentes de toda sociedade mundial e age também contra as atividades intelectuais dos dominados. Pois, durante o processo de colonização, os colonizadores também atuaram destituindo

estas pessoas de racionalidade, menosprezando seus conhecimentos e culturas nativas, e se referindo a elas como animais ou seres sem alma, com o objetivo de facilitar a ideia da colonização e seus processos de dominação, escravização e genocídio, por mais que estes fossem absurdos.

Esta lógica colonial se espalhou por quase todo o globo com a expansão da dominação da sociedade ocidental, hierarquizando os povos em prol de uma ideia universalizadora e hegemônica, a qual definiu um modelo de ser humano a ser seguido e aceito, o do homem, branco e europeu racional criado na modernidade, originando a falácia de que este é universal e neutro. Este modelo e hierarquização, conseqüentemente também se estendem para o campo do saber filosófico, afetando diretamente as mulheres, sendo ainda mais danoso às mulheres racializadas.

Por este motivo, vemos constantemente em nosso dia-a-dia casos de racismo epistêmico e epistemicídio atrelados ao machismo e sexismo, formando um conjunto de opressões que age como silenciador e apagador destas vozes femininas negras, indígenas e latino-americanas dentro da produção e transmissão do conhecimento científico-filosófico e fazendo com que estas não se encaixem no, já citado anteriormente, cânone filosófico.

Como citado previamente, a colonialidade atua em todos os campos da vida social, outorgando a criação e imposição de “identidades geoculturais, sociais e raciais”, as quais não existiam anteriormente. Através destas novas



identidades e dessa nova classificação étnico/racial mundial, ocorre a instauração de uma divisão dicotômica do mundo a partir da modernidade colonial, separando o mundo em pólos, “superior e inferior; racional e irracional; primitiva e civilizada; tradicional e moderna.” (LUGONES, 2008: 60).

De modo que, os pólos centrais são aqueles aos quais os colonizadores fazem parte, enquanto os colonizados estão localizados nas periferias. Divisão a qual define e separa tudo aquilo que é daquilo que não é (TOLENTINO, 2019). Logo, todas as coisas que faziam parte do mundo colonizado passaram a ser classificadas pela falta, como periféricas, como aquilo que não é, não-europeu, não-central etc.

O mundo passou a ser observado através de uma lógica evolutiva, na qual a Europa é colocada à frente de todos na linha temporal das espécies, pois esta é a colonizadora do restante do mundo e centro capitalista mundial, sendo vista como preexistente ao padrão capitalista mundial colonial. De modo que todo o resto do mundo seria caracterizado como primitivo e em “uma etapa anterior na história das espécies nesse caminho unidirecional.” (LUGONES, 2008: 61). O que fortaleceu ainda mais o poder e duração da colonização, já que estas classificações e preconceitos foram ampliados a todo o mundo ocidental, como é possível observar no trecho abaixo, de Aníbal Quijano.

e dos seus meios de expressão (...). A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado. Last, but not least, a hegemonia eurocêntrica na cultura do mundo capitalista implicou numa maneira mistificada de perspectiva da realidade quer se trate do 'centro', quer da 'periferia colonial'. (QUIJANO, 2010: 124)

A colonialidade, como parte do sistema de poder, age em diversas áreas além da divisão e categorização racial da sociedade, inclusive na área da produção de conhecimentos, como nos conta Lugones na citação a seguir.

63

Desse modo, "colonialidade" não se refere apenas à classificação racial. Ela é um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas relações intersubjetivas. (LUGONES, 2008: 57-58).

A Filósofa María Lugones, em sua obra "Colonialidade e Gênero", afirma que ao passarem pela colonização, as mulheres nativas destes países dominados, as quais são caracterizadas como aquilo que não são, ou seja não brancas e não europeias, foram extremamente inferiorizadas, escravizadas e até mesmo impossibilitadas de serem vistas e compreendidas como mulheres em toda sociedade ocidental pelos colonizadores, sendo desumanizadas e animalizadas.

(..) Eram vistas e tratadas como animais, em um sentido mais profundo que o da identificação das mulheres brancas com a natureza, as crianças e os animais pequenos. As fêmeas não brancas eram consideradas animais no sentido de seres "sem gênero", marcadas sexualmente como fêmeas, mas sem as características da feminilidade. As fêmeas racializadas como seres

inferiores foram transformadas de animais a diferentes versões de mulher – tantas quantas foram necessárias para os processos do capitalismo eurocêntrico global. (LUGONES, 2008: 76).

Por conta desta desumanização e descaracterização de mulher imposta por meio da colonização, as mulheres nativas dos países colonizados não estavam contempladas nas pautas e lutas feministas, pois os movimentos feministas iniciais não demonstram a ligação existente entre as questões de gênero, classe e raça. O que originou um movimento feminista que compreende por mulher apenas as mulheres brancas. As quais eram caracterizadas como frágeis, delicadas, sexualmente passivas e dotadas de fraqueza corporal e intelectual. Características as quais foram socialmente construídas para exercer controle sobre a vida destas mulheres brancas, e afastá-las dos papéis de importância, autoridade e produção de conhecimentos na sociedade.

Os movimentos feministas do século XX acabam por ter estas mulheres como único modelo de suas demandas, ignorando que tais aspectos não se encaixavam em todas as mulheres. Principalmente nas mulheres negras e indígenas, as quais foram caracterizadas pelo completo oposto pelos dominadores, pois estas foram vistas como animais e atacadas com assédios e agressões sexuais de todo o tipo e consideradas fortes o suficiente para suportar todos os modos de trabalho que lhes fosse imposto no processo de escravização e dominação. Essas mulheres também não tinham como característica atribuída pelos colonizadores nenhum tipo de feminilidade e muito menos delicadeza.

“Começando o movimento de “liberação da mulher” com essa caracterização da mulher como o branco da luta, as feministas burguesas brancas se ocuparam de teorizar o sentido branco de ser mulher, como se todas as mulheres fossem brancas.” (LUGONES, 2008: 76).

Lugones cita em seu texto, que as mulheres colonizadas, mesmo que se transformassem em uma “versão alternativa das mulheres brancas burguesas” (LUGONES, 2008: 77), recebendo a atribuição de gênero, não recebiam os privilégios que estas mulheres brancas possuíam, ficando apenas com a inferiorização e opressão sofrida pelo fato de serem mulheres. Ou seja, as mulheres colonizadas, mesmo quando conseguiam ser reconhecidas como mulheres, não obtinham o mínimo de igualdade para com as outras mulheres brancas da sociedade. Enquanto a luta feminista branca avançava, as mulheres racializadas e suas necessidades ficavam para trás.

Podemos ver, então, que a maneira como as mulheres dominadas foram animalizadas e inferiorizadas no período colonial estão diretamente ligadas ao fato de que, ainda hoje, estas mulheres enfrentam diversas formas de invisibilização e deslegitimação de sua capacidade intelectual e de seus saberes. Consequentemente, estas encontram ainda mais dificuldades para serem compreendidas como capazes de fazer filosofia e serem ensinadas dentro dos grandes meios de transmissão do conhecimento filosófico. Suas epistemes ainda sofrem grande silenciamento pelo pensamento hegemônico extremamente masculino, embranquecido, eurocentrado e colonial que há no âmbito filosófico e acadêmico.

Como vimos, mesmo na luta feminista estas mulheres não estavam englobadas pelas mesmas pautas que as mulheres brancas europeias, e enquanto estas últimas conquistavam mais direitos na sociedade e maior possibilidade de acessarem espaços intelectuais, serem ouvidas e produzir conhecimentos filosóficos, as mulheres colonizadas ainda não eram plenamente reconhecidas como mulheres, o que nos leva, em conjunto com os mecanismos silenciadores, ao grande déficit ainda presente na aquisição e transmissão do conhecimento filosófico. Pois a quantidade de filósofas racializadas sendo estudadas dentro das universidades e escolas de educação básica são baixíssimas ou quase nulas.

66

## O EPISTEMICÍDIO

Alguns destes mecanismos silenciadores das vozes de mulheres racializadas na filosofia foram originados por meio dos processos de divisão e hierarquização dos povos, raças e culturas na época colonial. Os quais além de criarem e imporem a categoria de raça, também impuseram o gênero e seus papéis em algumas dessas sociedades nativas. Como pudemos observar acima, a principal característica observada durante a colonização é a inferiorização dos povos nativos dos países invadidos pelos colonizadores, como é o caso dos continentes Americano e Africano, dentre outros. Todavia, a inferiorização também atinge os povos racializados que estão pelo mundo, promovendo o aniquilamento de seus saberes, culturas e conhecimentos através do epistemicídio.

A epistemologia é a área da filosofia a qual investiga de que modo e se podemos obter conhecimentos, sua validade e veracidade. A palavra tem origem a partir da fusão de dois termos gregos, *episteme*, a qual significa conhecimento, e *logos*, que pode ser entendido como ciência. A escritora Grada Kilomba nos conta que cabe à epistemologia determinar

1.(os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. (KILOMBA, 2008: 05)

67

A partir da explicação do que é epistemologia, podemos compreender melhor o que é o epistemicídio, conceito criado por Boaventura de Souza Santos. Caracterizado pelo ato de inferiorizar e omitir ou apagar o saber e produção de conhecimento científico-filosófico de todo um povo, mais especificamente aplicado aos saberes dos povos marginalizados e das minorias, como é o caso dos povos negros, indígenas e latinos-americanos. De maneira que, ao silenciar estas vozes, há uma supervalorização dos conhecimentos produzidos por homens brancos europeus e posteriormente norte-americanos, pois estes continentes e países são considerados os pólos centrais do mundo ocidental e conseqüentemente "superiores" dentro da lógica colonial que ainda nos atravessa, criando e reforçando uma hegemonia no campo do saber e teoria do conhecimento.

O epistemicídio também é utilizado como um mecanismo para proteger esta hegemonia eurocentrada, branca e masculina, pois desconsidera e deslegitima tudo que não faz parte dela. Dessa maneira, apesar do mundo ser extremamente pluricultural, complexo e diverso, criou-se a ideia da existência de apenas uma cultura, uma produção de conhecimento, uma religião e uma filosofia, as quais de acordo com a hierarquização e divisão colonial dos povos, devem ser consideradas universais, e foram impostas pelos povos dominantes e colonizadores.

Parte da ação do epistemicídio também busca impedir essas pessoas marginalizadas de serem compreendidas como sujeitos capazes de produzirem seus próprios conhecimentos, através de suas próprias visões de mundo, e que estes sejam vistos como legítimos em uma escala global, destituindo-as de racionalidade e os desumanizando. Desta forma, o epistemicídio se torna um dos principais pilares de sustentação da dominação racial, em conjunto com o genocídio, pois veta toda possibilidade de expressão e criação destas pessoas dominadas, negando toda sua cultura e a produção de seus saberes científicos e filosóficos. De modo que, toda a racionalidade dessas pessoas foi utilizada apenas para exercer o trabalho escravizado e tentar se manter vivas, enquanto nesses processos acabam assimilando a religião, cultura, língua e os conhecimentos impostos pelos colonizadores.

Os fatos citados acima provocam na atualidade um grande impacto negativo no campo do saber, já que também impedem que estas pessoas racializadas alcancem a ascensão social e posições de maior destaque dentro da

nossa sociedade, sendo as pessoas negras e indígenas minorias dentre os estudantes e professores acadêmicos universitários.

Além disso, quando estas pessoas alcançam estes lugares, a partir de muita luta, a hegemonia extremamente eurocentrada do saber, faz com que toda produção de conhecimento filosófico que é feita por pessoas racializadas, tanto as pessoas que produzem dentro de seus países de origem, os quais já são historicamente inferiorizados dentro do cânone, quanto em pessoas que são expatriadas, que estudam e produzem conhecimentos em países que não são o de sua origem, seja menosprezada e deslegitimada. Havendo uma disputa dentro destes espaços acadêmicos para que o conhecimento hegemônico seja considerado universalmente válido e neutro, com o pretexto de que por haver esta universalidade, não há necessidade de termos uma maior pluriversalidade dentro do campo do saber, e que o que estes grupos epistemicamente inferiorizados produzem não pode ser considerado filosofia, sendo muitas das vezes definido como “discurso militante” (CARNEIRO, 2005).

O epistemicídio é um dos principais mecanismos que age impedindo que as mulheres filósofas negras, indígenas e latino-americanas sejam ouvidas, reconhecidas e legitimadas dentro dos estudos filosóficos, “matando” suas produções de conhecimentos científicos e filosóficos e promovendo esta intensa desigualdade racial e de gênero dentro dos ambientes acadêmicos e na tradição histórica do conhecimento e da filosofia.



A filósofa Sueli Carneiro, em sua tese de doutorado “*A Construção do Outro como não-ser como fundamento do Ser*”, nos explica que o epistemicídio, além de promover o apagamento e inferiorização dos conhecimentos produzidos por estes grupos marginalizados, também age como promotor da indigência cultural destas pessoas. Já que age privando essas pessoas de acessarem uma educação de qualidade, menosprezando suas capacidades intelectuais e cognitivas a partir da negação destes grupos como produtores de conhecimento e também diminuindo a autoestima deles por meio dos processos de discriminação dentro dos ambientes educacionais no decorrer do aprendizado. O epistemicídio opera diretamente contra a racionalidade destas minorias, como é possível observar no trecho a seguir.

“O epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender” (CARNEIRO, 2005: 97).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os fatos apresentados ao longo do trabalho, é possível concluirmos que ainda é uma realidade a grande escassez das filósofas brancas, negras, indígenas e latino-americanas, nos diversos campos do ensino de

filosofia. Vimos também que este apagamento epistêmico atinge as mulheres negras, indígenas e latino-americanas com ainda mais ferocidade, por conta da divisão do mundo em categorias iniciada no período colonial, pois esta também exerce um papel fundamental na inferiorização intelectual destes povos dominados, como pudemos observar ao longo do texto.

Deste modo, as mulheres racializadas sofrem ainda mais opressões que as mulheres brancas, o que torna suas vozes e filosofias ainda mais apagadas dentro do nosso sistema de ensino. Logo, se faz necessário um movimento que inclua mais mulheres filósofas, de todas as raças, nos livros didáticos, bibliografias e planos de curso desde o ensino básico à graduação, com a intenção de dar voz às mulheres que foram, por anos, violentamente silenciadas e deslegitimadas dentro da produção acadêmica filosófica.

É importante entendermos e ensinarmos que existem diversas filosofias de qualidade sendo produzidas, não apenas as pertencentes ao modelo hegemônico, que é extremamente colonial, exclusor, eurocêntrico e androcêntrico. Para que, gradativamente, essa intensa desigualdade de gênero e raça seja superada nos espaços acadêmicos e no campo do saber filosófico. Também é importante que haja essas mudanças nos espaços de ensinamentos para que haja mudança em nosso imaginário como sociedade acerca destas pessoas negras e indígenas, para que pouco a pouco estes não sejam mais vistos como povos marginalizados, mas sim com igualdade em todos os aspectos, mas principalmente igualdade no direito à vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGGIO, Juliana Ortegosa; SAES, Sílvia Faustino de Assis. (2020), Dossiê Filósofas. Revista Ideação, n. 42, <http://periodicos.uefs.br/index.php/revistaideacao/issue/view/199>.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. (2005), A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARCIA, Dantielli e PEINHOPF, Rafaela (2020), Mulheres e Filosofia: Efeitos de um Silenciamento. Líng. e Instrum. Linguíst., ISSN 2674-73375, Campinas, SP, n. 45, p. 164-189.

GROSFUGUEL, Ramón. (2012) El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? Tabula Rasa, ISSN 1794-2489, Bogotá, n. 16, p. 79-102.

KILOMBA, Grada. (2019) Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó.

LUGONES, María. (2008), Colonialidade e Gênero. In: DE HOLLANDA, Buarque Heloísa (orgs.); Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais. Rio de Janeiro; Bazar do Tempo, pp. 54-88.

PETRY, Clarissa (2016), Repensando as Mulheres e a Filosofia: uma análise dos livros didáticos de Filosofia de Ensino Médio. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gênero e Diversidade), Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis.

QUIJANO, Aníbal. (2010), Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez, pp.84-130.

TOLENTINO, Joana. (2019), Entre filósofas: gênero, decolonialidade e o lugar de fala das mulheres na filosofia. Revista Estudos de Filosofia e Ensino, ISSN 2763-5759, Rio de Janeiro, n. 1, p. 92-110.